



**Mais um ativista camponês é
assassinado em Buritis**



Na noite do dia 1º de maio, Paulo Justino Pereira foi assassinado a tiros, no Projeto Rio Pardo. Ele era o presidente da Associação Vladimir Lênin. Paulo participou da reunião do dia 27 de abril, em Jaru, onde camponeses de várias áreas de Rondônia se reuniram com representantes do Incra, Eletrobrás, DER, secretaria de obras, lutando por energia, estradas e pontes, escolas nas áreas e regularização das terras dos camponeses. Ele foi o secretário desta reunião e apresentou a reivindicação de energia para as 3 mil residências do Projeto Rio Pardo, prometida há 16 anos.



Nos dias 29 e 30 de abril, Paulo participou com outros camponeses de uma reunião em Porto Velho com o Sr. Gercino José, ouvidor nacional dos latifundiários. Ele denunciou a situação de centenas de famílias de Rio Pardo, há dois anos sem solução. Como diz um boletim da Associação Lênin:

“Já fazem dois anos da desocupação violenta da Flona pelas forças armadas da

presidente Dilma e do Governador Confúcio Moura. Durante esse período, nenhum tipo de assistência foi dado às famílias residentes no Rio Pardo. Das trezentas que foram desalojadas, apenas 34 foram assentadas, e de forma equivocada, em outras terras conflituosas, de propriedade do fazendeiro 'Zoinho'. Com a morosidade do Governo Estadual em resolver o problema, as famílias já se preparam para o retorno à reserva, 'dessa vez para ficar'”

A reunião foi tensa e terminou sem acordo. Paulo comunicou a decisão das famílias de Rio Pardo de retomarem suas terras, e como sempre, Gercino não apresentou nenhuma solução e ainda disse: “O Sr. quer dizer que as famílias irão descumprir uma ordem?” Paulo defendeu que o velho Estado é que não cumpre o direito legal e sagrado à terra para quem nela trabalha.

Paulo Justino nasceu em Pernambuco, morou no Rio de Janeiro e veio para Rondônia para ajudar a luta camponesa, causa tão perigosa, mas tão urgente e justa. Ele deixou três filhos e três netos e será enterrado em Maceió, na manhã do dia 6 de maio.

Buritis: palco de violência do latifúndio contra os camponeses

Dia 9 de abril de 2012, o líder camponês Renato Nathan foi assassinado em Jacinópolis, provavelmente por policiais e até hoje nada foi investigado, ninguém foi punido. No dia 28 de novembro passado, o camponês Luis Carlos da Silva foi sequestrado, provavelmente por pistoleiros em Monte Negro. Ele lutava por um pedaço de terra e a polícia só iniciou as buscas depois que parentes denunciaram na imprensa e bloquearam uma rodovia estadual por várias horas.

No último 27 de janeiro, foi assassinado José Antônio dos Santos, ex-morador do acampamento “10 de maio”. Quem se diz dono destas terras é Caubi Moreira Quito, que em dezembro passado prestou depoimento para o delegado da Polícia Civil de Ariquemes assumindo que pagou três policiais para fazerem segurança da área.



O latifundiário João Neuto Saul Guerin, morador de Foz do Iguaçu, contratou pistoleiros e os armou

fortemente para atacar camponeses que tomaram as terras que ele diz serem suas. Mas são terras públicas, que João Guerin grilou. Sua advogada admitiu em petição para a justiça que dez homens fortemente armados estavam fazendo segurança privada da área. No início de abril, apenas 6 pistoleiros foram presos e nada aconteceu com o latifundiário. Já os camponeses, foram despejados pela polícia militar, no último dia 27, numa ação completamente arbitrária: até menores de idade foram algemados, não havia ambulância nem caminhão para transportar os pertences das famílias e os camponeses Luciano da Silva Coelho, José Félix Gonzaga e Claudimiro Matias da Costa foram presos pela polícia civil sob alegação de porte ilegal de armas.

Há mais de vinte anos o Incra criou assentamentos da reforma agrária nas Glebas Rio Alto e São Sebastião, que somam aproximadamente duzentos mil hectares e se estende por 7 municípios: Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Buritis, Monte Negro, Cacaúlândia, Jaru e Mirante da Serra. As terras chegaram a ser cortadas pelo INCRA em pequenos lotes de 50 hectares e poderiam atender até 4 mil famílias. Mas nenhum camponês foi assentado. Comentam-se na região que funcionários corruptos do Incra davam orientações a latifundiários e fazendeiros grileiros. A maior parte delas hoje é latifúndio ou fazenda (média propriedade).

Gercino e Dilma têm as mãos sujas de sangue camponês

Todos estes fatos já foram amplamente denunciados e são de conhecimento do Sr. Gercino José. Ele já organizou reuniões e mais reuniões da comissão paz no campo, mas na prática, nenhum latifundiário é punido. Esta omissão cúmplice faz crescer a sanha dos latifundiários contra os camponeses. O assassinato de Paulo Justino repete o já mil vezes denunciado "ROTEIRO DA MORTE", em que camponeses vão aos representantes do Estado (entre os quais está quase que invariavelmente presente o Desembargador Gercino), denunciam as ameaças, cobram a regularização de suas posses e depois são assassinados vítimas de tocaias.

A reforma agrária prevista na constituição nem poderia ser chamada de reforma de tão atrasada que é. Nem isto a gerência petista cumpre. Lula e Dilma assentaram menos famílias que o bandido FHC e ainda aumentaram a repressão contra aqueles que lutam pela terra. Agora é normal tropas da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e até o Exército apoiarem a PM na prisão de camponeses e no despejo de famílias acampadas e posseiras. Latifundiários seguem impunemente contratando bandos armados e policiais para serviço de pistolagem. Nos últimos 12 anos aumentou o número de lideranças camponesas assassinadas.

Mas nem toda violência do mundo consegue acabar com a necessidade legítima dos camponeses por terra. O latifúndio é o que existe de mais atrasado no Brasil e a luta combativa, organizada e independente de bravos camponeses segue tomando terras e ganhando o apoio de apoiadores honestos como Paulo Justino. Pessoas que ousam enfrentar este sistema podre são a esperança da construção de um mundo novo.

0 povo quer terra, não repressão!

**Morte ao latifúndio!
Viva a Revolução Agrária!**

LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental

Jaru, 4 de maio de 2015